

AS ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO (GEOGRÁFICO) DESIGUAL EM DAVID HARVEY E NEIL SMITH.

SCALES OF UNEVEN (GEOGRAPHICAL) DEVELOPMENT IN DAVID HARVEY AND NEIL SMITH.

LUÍS GABRIEL MENTEN MENDOZA

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
gabriel.mmendoza@gmail.com

RESUMO. Este trabalho analisa as noções de “desenvolvimento desigual” e do “desenvolvimento geográfico desigual” desenvolvidas por Neil Smith e David Harvey, respectivamente. As duas noções apontam para um processo de acumulação capitalista espacialmente desigual entre os territórios, que só é realizada a partir da dominação do imperialismo como forma de subjugar nações inteiras aos interesses econômicos dominantes. Para Smith o pressuposto do desenvolvimento desigual é a produção da natureza pelo capital, subjetiva e objetivamente, sendo a diferenciação e a igualização em termos da tecnologia mobilizada para apropriar-se da natureza (degradando a paisagem) responsável pela criação do espaço no capitalismo do século XX. Harvey, no esforço de construir uma teoria unificada do desenvolvimento geográfico desigual, como nomeia, considera de igual modo a natureza, mas a incorporando como uma das abordagens da sua teoria que considera ainda o historicismo, o construtivismo, o ambientalismo e a geopolítica da realidade. Se do ponto de vista da abordagem metodológica tendem a transcender a Geografia, em direção a um marxismo heterodoxo, no que diz respeito à discussão das escalas do desenvolvimento apresentam uma discussão proveitosa sobre conceitos-chave da Ciência Geográfica. Nosso texto pretende apresentar uma revisão teórica das respectivas teorias do desenvolvimento desigual em Harvey e Smith, com os objetivos de apontar os pressupostos que as norteiam, apresentar os conceitos e escalas decorrentes e discutir de forma sucinta os resultados dessa revisão.

PALAVRAS-CHAVE. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL, ESCALAS, DAVID HARVEY, NEIL SMITH.

ABSTRACT. This paper analyzes the notions of “uneven development” and “uneven geographical development” developed by Neil Smith and David Harvey, respectively. The two notions indicate a process of capitalist accumulation spatially uneven between territories, which is only performed from the imperialist domination that subdues entire nations to dominant economic interests. For Smith the presumption of uneven development is the production of nature by capital, subjectively and objectively, with differentiation and equalization in terms of technology mobilized to appropriate of nature (degrading the landscape) responsible for the creation of space in capitalism century XX. Harvey, in an effort to build a unified theory of uneven geographical development, such as names, likewise considers the nature, but incorporating as one of the approaches of his theory that considers historicism, constructivism, environmentalism and geopolitics of reality. If the point of view of the methodological approach tend to transcend geography, toward a heterodox Marxism, with respect to the discussion of scales of development have a useful discussion on concept-keys of Geographic Science. Our paper aims to present a theoretical review of the respective theories of uneven development in Harvey and Smith, with the objective of pointing out the assumptions that guide them, present the concepts and scales arising and discuss briefly the results of this review.

KEYWORDS. UNEVEN DEVELOPMENT, SCALES, DAVID HARVEY, NEIL SMITH.

INTRODUÇÃO

A descrição dos territórios e, portanto, sua diferenciação faz parte dos objetivos que a geografia se coloca desde os primórdios, com Carl Sauer e Hartshorne, atravessando todos os períodos, desde a influência dos viajantes e naturalistas, passando pela Geografia moderna de cunho positivista até os estudos críticos.

A análise da geografia histórica do território, e portanto do desenvolvimento, resulta na

diferenciação que emerge como desigualdade de etapas, diferenças de apropriação do desenvolvimento da humanidade na relação com a natureza. A desigualdade da natureza na geração de espaços está presente na obra dos Geógrafos regionalistas Franceses, Alemães e Ingleses do século XIX, desde a perspectiva da naturalização do desenvolvimento econômico pelas condições “naturais”. Como Mackinder, que dá o sentido mais naturalizador ao imperialismo inglês, autor da Geografia denominada Comercial, Mackinder defendia que as condições naturais originavam o imperialismo. Mackinder pretendia de fato subsidiar o imperialismo inglês e seus planos expansionistas (SMITH, 1988).

De modo antagônico ao que propunham os autores da Geografia Clássica, tanto Neil Smith quanto David Harvey propõem desnaturalizar, ou seja, desmistificar, a geografia histórica do capitalismo, ou da desigualdade de acesso a etapas posteriores do desenvolvimento.

Assim entende-se que a desigualdade na produção do espaço está intrinsecamente ligada às relações admitidas entre o capital e o trabalho, na produção do Espaço, e o capital e o trabalho, no Território, e daí descende a desigualdade. Como ponto de mutação fundamental da relação naturalizada do desenvolvimento está o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, como defende Neil Smith (1988, p. 157). O surgimento do capitalismo e o desenvolvimento dos transportes emancipam o homem em relação à natureza, e a desigualdade, nesse sentido, se dá ao bel prazer do sistema. E no campo da Geografia, defende Smith (1988), ocorre a “revolução” Quantitativa e a de Relevância em Geografia, que pela incapacidade de sustentar o determinismo do período anterior, separa o ambiente do humano e tecnifica a realidade (SMITH, 1988, p. 159).

As análises da realidade a partir da verificação do desenvolvimento desigual do capitalismo são atribuídas de sobremaneira ao marxismo, desde Marx, Engels, e Lenin. Mas só é nominada e defendida como lei geral da história em 1930 por Leon Trotsky [1879-1940] em “A História da Revolução Russa” (TROTSKY, 1977), quando dedica-se a análise do desenvolvimento da Rússia.

Nas ciências sociais é possível mapear distintas influências dessa abordagem e inclusive novas abordagens e conceitos sendo defendidos a partir dessa perspectiva. No caso específico da Geografia recente se sobressaem os nomes de Neil Smith e David Harvey, professores universitários que conviveram nos EUA, até o falecimento de Smith em 2012. Smith (1988) cunhou a noção de “Desenvolvimento Desigual” no livro de mesmo nome, com o subtítulo “Natureza, Capital e a Produção de Espaço”. E David Harvey a noção “Desenvolvimento Geográfico Desigual”.

Entre Leon Trotsky, Harvey e Neil Smith há em comum a militância no terreno do materialismo histórico e dialético. Mas como não há homogeneidade no pensamento marxista, vale ressaltar que há nos autores duas linhas teóricas distintas, Neil Smith e David Harvey reivindicam as contribuições de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo, e Trotsky continua a elaboração de Lenin.

Neste trabalho trataremos das categorias, escalas e lógicas geográficas que são elaboradas para tratar do desenvolvimento desde a desigualdade e da ação do imperialismo, nas elaborações de Harvey e Neil Smith.

NEIL SMITH E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Smith (1988) propõem uma discussão sobre o Desenvolvimento Desigual com dupla entrada, uma geográfica e a outra política. Faz a crítica a uma perspectiva puramente geográfica pois

considera que na geografia “por serem as lentes muito grosseiras o padrão real é refratado em fragmentos” (SMITH, 1988, p. 15). Já pela política defende que a perspectiva marxista é relacional e que proporcionaria portanto “mais que a acumulação de fragmentos”. Afirmar ainda que a análise deve ser feita a partir dessas duas entradas uma vez que a sociedade capitalista é um todo coerente que forma uma paisagem social.

O desenvolvimento desigual é a marca registrada do capitalismo (...) o desenvolvimento desigual é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de ‘determinista’) e são, assim peculiares ao capitalismo (SMITH, 1988, p. 16).

O autor objetiva com a análise responder à seguinte questão: “como a configuração geográfica da paisagem contribui para a sobrevivência do capitalismo?” (SMITH, 1988, p.17). Ou seja, quais padrões espaciais são construídos para garantir a sobrevivência do capitalismo. Smith (1988, p. 18) diferencia a teoria do desenvolvimento desigual como um processo autêntico do século XX, e afirma que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado defendida por Trotsky refere-se a “anatomia da luta de classes” da Rússia. Considera ainda o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão espacial da contradição entre o valor de uso e valor de troca. Essa tensão de valores se plasmam nos territórios resultando a equalização e a diferenciação (SMITH, 1988).

É sobre a tensão entre a equalização/igualização e a diferenciação que recai a desigualdade do desenvolvimento para Smith. Com base em Marx (SMITH, 1988, p. 166) considera que a colonização e a modernização são processos supridores de matérias-primas à “metrópole”, que apresenta, nesse sentido, tendência clara para diferenciação (centro e periferia). No sentido oposto, ainda apoiado em Marx, Smith considera que há, a partir do território, a busca pelo capital de condições locais em igualdade para a produção. Essa tensão se dá sobretudo na garantia de capital fixo, infraestruturas constantes para a produção. Desse modo, a igualização do capital fixo, desloca à tecnologia o papel central na disputa intracapitalista:

O mínimo dominador comum, num sentido geográfico, não é exatamente a a-espacialidade implícita numa equivalência de salários ou de preços, mas a ubíqua degradação da paisagem. A a-espacialidade aqui é o reverso da utopia (SMITH, 1988, p. 174).

A ubíqua degradação da paisagem é entendida aqui como avanço das condições tecnológicas de apropriação da natureza, ou seja, a redução das diferenças territoriais no sentido de uma a-espacialidade concreta, como “o reverso da utopia”, na apropriação da natureza.

Smith (1988) dá ainda importância à crise como motor da equalização, cita a crise do petróleo de 1973, como propulsão da industrialização da periferia, exemplificando posteriormente um declínio desigual. Remete aos saltos tecnológicos suscitados pelas crises, a partir do movimento dos capitais internacionais, como proporcionadores de melhores condições de acumulação na periferia.

O Território, como escala de análise, é fundamental pois é o aporte de soberania, se dá a essa escala a construção da nação, a disputa por direitos e é a partir dela que os investimentos são realizados pelo Estado. No entanto, o capital dirige-se ao Espaço Relativo como meio de circulação para acumulação com tendência à equalização, criando a diferenciação geográfica (SMITH, 1988).

O movimento do capital entre as escalas gera a igualização e a diferenciação. O Espaço Absoluto, o território, a base material da acumulação, tende à igualização, que só se dá na medida em que se diferencia no Espaço Relativo, ou seja, quando acumula no Espaço a-dimensional capitais de distintos locais (SMITH, 1988).

Em síntese as escalas propostas por Smith (p. 200-205) são apresentadas no quadro abaixo:

QUADRO 1 - Descrição das Escalas do Desenvolvimento Desigual em Neil Smith (1988)

ESCALA	DESCRIÇÃO
Urbana	Essa é a escala onde ocorre o trabalho abstrato, a partir da análise desta categoria é verificável a centralização e a diferenciação, que pode ser medida pela renda potencial do solo, a partir da qual haverá ou não equipamentos públicos e infraestrutura, rede de água e esgoto, energia elétrica, vias de acesso em boas condições, etc.. Assim o urbano se diferencia, ganha centralidade ou se distancia.
Global	A análise de dessa escala indica que esse é o espaço dileto da relação política intercapitalista. Essa é a escala que importa para os grandes fluxos de capital, e que em sua totalidade tende à equalização, via a homogenização do acesso ao capital fixo, infraestruturas, custo da força de trabalho. As diferenças a essa escala, portanto, podem ser medidas justamente pelas diferenças dos custos de produção e de mercado – medidas protecionistas e tarifas alfandegárias -, e sobre essas se debruçam os capitalistas de todo o mundo.
Estado-Nação (intra/extra)	Essa é uma categoria/escala que constitui a mediação/regulação das contradições da dialética da diferenciação e igualização. É produto histórico das relações políticas e econômicas de classe, a partir desse surge inclusive o “capital nacional” economicamente obsoleto para Smith. Mas tanto interna quanto externamente o Estado-Nação serve para a análise espacial como para a regionalização (intra/extra) e na diferenciação (novamente interna e externamente) pela localização das indústrias em relação aos fixos, mas também economicamente via a regulação dos custos de produção.

Para Smith interessou apontar a produção da natureza e do espaço como resultados da articulação dos modos de produção, produtos do desenvolvimento e dos limites do capital na igualização, gerando a diferenciação (SMITH, 1988).

DAVID HARVEY E O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

David Harvey (2007) em um texto recente, publicado em 2006 nos EUA, intitulado “*Spaces of global capitalism*”, elucida as necessidades conjunturais que emergem para propor uma teoria *unificada* do desenvolvimento desigual.

A volatilidade das fortunas [...] a convergência ao bem-estar [que] não ocorreu e as desigualdades geográficas, tanto quanto as sociais, dentro do mundo capitalista, parecem ter se incrementado [...]. A promessa da redução da pobreza, a partir do livre comércio, [...] não se materializou. As degradações do ambiente e os deslocamentos sociais também têm sido distribuídos desigualmente (HARVEY, 2007, p. 18, tradução nossa)¹.

A partir destes argumentos defende (HARVEY, 2007) a necessidade política e urgente do desenvolvimento da concepção do desenvolvimento geográfico desigual, objetivando a construção de uma teoria “unificada” do desenvolvimento geográfico desigual, mesclando interpretações

¹ La volatilidad de las fortunas [...]. [...] la convergencia en bienestar [que] no ha ocurrido y las desigualdades geograficas, tanto como las sociales, dentro del mundo capitalista, parecen haberse incrementado [...]. La promesa de la reducción de la pobreza a partir de un comercio más libre [...] no se han materializado. Las degradaciones del ambiente y las dislocaciones sociales también han sido distribuidas desigualmente (HARVEY, 2007, p. 18).

historicistas, construtivistas, ambientalistas e geopolíticas da realidade, e define a estrutura da teoria em:

1) A conexão material dos processos de acumulação do capital à rede sócio-ecológica da vida [*the web of socio-ecological life*]. 2) A acumulação por despossessão (...). 3) A característica quase-legal [*law-like*] da acumulação de capital no tempo e no espaço. 4) A luta de classes políticas e sociais em uma variedade de escalas geográficas (HARVEY, 2007, p.21, tradução nossa)².

Antes de dar atenção aos elementos da estrutura proposta por Harvey, vale explicar que esses descendem do processo de desenvolvimento do capitalismo no espaço, em que capital e trabalho procuram as melhores condições para se reproduzir, ou seja, o capitalismo se desenvolve em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberdade da natureza e na produtividade do trabalho (HARVEY, 2013 p. 526), nas quais as diferenças históricas e geográficas não são meros resultados do atraso do desenvolvimento, mas constituem aspectos ativamente construídos pelo processo do desenvolvimento do modo de produção capitalista (HARVEY, 2013, p. 527).

Essa construção diferencial de lugar para lugar deve-se para Harvey (2013), ainda, pela tendência de superacumulação dos capitalistas que empurram os capitalistas a buscarem mercados para além de suas fronteiras, exportando os excedentes de sua produção que não encontram nem demanda efetiva e nem possibilidade de reprodução naqueles territórios.

A partir desses elementos e da tendência para superacumulação - que voltaremos ainda a seguir -, definiu em 1980 (na obra *Os Limites do Capital*) o que chamaria de desenvolvimento geográfico desigual:

(...) O desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esses objetivos envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfico do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 528).

Dito isso retomamos os elementos da estrutura que propõem, que referem-se igualmente às escalas geográficas do desenvolvimento e da circulação do capital, a começar pela conexão da acumulação de capital com a rede socioecológica da vida, que ocorre na escala da natureza, das relações básicas de produção da sobrevivência, dos recursos naturais. Em outro texto (HARVEY, 2011) delimita claramente que a escala da natureza, dos recursos naturais, e também da relação sociedade-natureza e portanto da “rede socioecológica da vida” (HARVEY, 2007) é o *lugar o local*.

Mas apesar do jargão holístico (*the web of socio-ecological life*) – que flerta com as formulações de Fritjof Capra, *The Web of Life* -, da escala reduzida que atribui à natureza e do que teria portanto uma aparência de um quantum de ecologismo, Harvey têm uma postura madura e materialista

² 1) El arraigo material [material embedding] de los procesos de acumulación de capital en la trama socio-ecológica de vida [*the web of socio-ecological life*]. 2) La acumulación por desposesión (una generalización de los conceptos marxistas de acumulación ‘primitiva’ u ‘original’ dentro de las cuales los bienes preexistentes son ensamblados – como fuerza de trabajo, dinero, capacidad productiva o como mercancías – y puestos en la circulación como capital). 3) La característica cuasi-legal [*law-like*] de la acumulación de capital en el espacio y el tiempo. 4) La lucha de clases políticas y sociales en una variedad de escalas geográficas (HARVEY, 2007, p. 21).

com relação à natureza. Em um de seus livros mais recentes (HARVEY, 2011, p. 67) reconhece a inexistência de natureza intocada, ou seja, de um *lugar* que não tenha passado pela produção da humanidade e vai além na crítica ao ambientalismo, reconhecendo que o foco dado ao problema da natureza desvia a atenção das massas, numa postura anticapitalista, à tensão fundamental do capitalismo, justamente a contradição de classe (HARVEY, 2011, p. 70). E a mobilização da sociedade, em torno do ambientalismo, diz Harvey (2007), não está necessariamente em concordância com as outras formas de movimentos sociais, ainda que variem pelas diferentes condições que surgem, e apresentem alguma contrariedade às dinâmicas do livre mercado da acumulação de capital, não estão, contudo, ligadas necessariamente ao sentido clássico da “luta de classes” (HARVEY, 2007, p. 52). Conclui-se portanto que não estão ligados à superação da exploração do homem pelo homem na sociedade de classes, já que as barreiras ambientais podem ser superadas sem transformar a sociedade de classes.

A geografia histórica do capitalismo, no entanto, foi marcada por uma fluidez e flexibilidade incriveis no que diz respeito à relação com a natureza juntamente com amplas consequências inesperadas (boas e más, a partir da perspectiva da saúde humana). Por isso, seria falso afirmar que existem limites absolutos em nossa relação metabólica com a natureza que não podem, em princípio, ser superadas ou ignorados. Mas isso não significa que as barreiras não sejam, por vezes, graves e que a superação possa ser alcançada sem passar por algum tipo de crise ambiental geral. (HARVEY, 2011, p. 69).

Ainda apoiados em Harvey (2011) é absolutamente possível afirmar que o capitalismo nascente navegou por limites naturais muito maiores do que os profetizados pelos ambientalistas de ocasião. E ainda que seja necessário alguma adaptação (cultural, social e técnica) para contornar essa barreira, a superação dela só denota e retoma as formas como, para a acumulação de capital, a burguesia o faz e torna rentável o grande negócio das tecnologias ambientais (HARVEY, 2011, p.70), que se confunde com o próprio desenvolvimento das forças produtivas. E de forma a abordar a natureza de forma materialista, e a ação da humanidade na transformação da natureza, provocando as abordagens que diferenciam humanidade e natureza afirma que “da mesma forma que não há nada de não natural sobre um formigueiro, então não há certamente, nada de particularmente não natural sobre Nova York” (HARVEY, 2011, p.75).

E de forma a ampliar a escala e demonstrar a imbricação delas, considera que ainda os recursos estejam desigualmente distribuídos nas escalas locais, nos lugares - o que delimita um certo tipo de desenvolvimento desigual -, os recursos como reservas de petróleo, terras de alta produtividade agrícola, grandes rios, dependem e são comandados por estratégias geopolíticas superiores à escala local para a apropriação desses (HARVEY, 2007, 2011). O exemplo mais importante - que abre inclusive o livro que conceitua um *Novo Imperialismo* (HARVEY, 2005), e é retomado no *Enigma do Capital* (HARVEY, 2011), destinado à analisar a crise recente do capitalismo -, é justamente do controle do petróleo, a partir do qual multiplicam-se estratégias globais de militarismo norte-americano para controlar, ainda que pela força, as reservas de petróleo mundial; controlar a exploração de petróleo é ter poder sobre a principal fonte de energia mundial, e manter de pé o projeto de urbanização imposto pelos EUA, de grandes cidades, suburbanização e portanto de grandes deslocamentos, necessitam de petróleo a preços baixos (HARVEY, 2011, p. 69).

A estratégia de controle imperialista dos recursos naturais, que nada têm de poder local, ou do lugar, tem uma importância fundamental nas estratégias de desenvolvimento. O monopólio do capital financeiro, elemento importante do imperialismo – sobretudo em Lênin, Hilferding e Hobson –, promove a combinação da especulação sobre derivativos. Essa ação combinada sobre o valor dos derivativos faz subir o preço do petróleo e com isso torna rentável investir em poços marginais e novos recursos, de custos mais elevados que os anteriores. São os chamados “picos produzidos” pelos especuladores que possuem uma renda monopolista do petróleo mundial (HARVEY, 2011, p. 74). É fruto desses picos produzidos o desenvolvimento de países retardatários, da exploração de outras fontes de energia, como o etanol, ou de poços profundos, como o pré-sal.

Nessa relação de escalas, da sociedade (espaço-global) com a natureza (local), Harvey (2007) define a imbricação da acumulação por despossessão com a rede da vida. A acumulação por despossessão interessa saber “como”, “quanto” e “quem” se apropria dos excedentes naturais e dos excedentes produzidos, para Harvey (2005), fora da acumulação capitalista, portanto naquilo que contraditoriamente define como “rede da sócio-ecológica da vida” (HARVEY, 2007, p. 33). Enquanto para Harvey a rede da vida é entendida como a natureza pautada em valores de uso, a acumulação por despossessão, segundo Harvey (2007, p. 34), é semelhante ao que chamou-se de acumulação primitiva, a “condição necessária para a sobrevivência do capitalismo”, ou seja, a transformação daqueles valores de uso em valores de troca.

O processo que leva à necessidade, como aponta Harvey (2005, 2007, 2011), da acumulação por despossessão é determinado pela tendência a sobreacumulação do capital, ou seja, o crescimento e expansão dos capitais não encontram mais no local condições para investimento produtivo, produzindo excedente (HARVEY, 2005, p. 116). Harvey (2011, p. 30) reconhece que a sobreacumulação ocorre pela necessidade de crescimento ininterrupto da taxa de lucro ao nível “saudável” de 3% ao ano, conforme querem os economistas e comentaristas burgueses.

Para os críticos de Harvey, ele substitui a teoria do subconsumo de Rosa Luxemburgo pela teoria da sobreacumulação, reconhecendo que aquela seria indefensável hoje (HARVEY, 2005, p. 116).

Fruto da sobreacumulação, portanto, o excedente necessita de novas áreas (ou novos negócios) para investimentos produtivos, e daí decorre a acumulação por despossessão (ou espoliação, como em algumas traduções [HARVEY, 2005]). Nesse sentido a acumulação por espoliação descende da perspectiva de Luxemburgo, mas Harvey (2005) utiliza também Hanna Arendt, para argumentar que a acumulação primitiva, definida por Marx, não termina na grande indústria mas é contínua (HARVEY, 2005, p. 121). Essa continuidade deve-se à necessidade do capitalismo de elementos externos para a sua estabilização, a partir da introdução de comunidades não capitalistas, como camponeses, à circulação do capital, mas também pela proletarianização de setores que não o estavam, como a educação ou os serviços públicos (HARVEY, 2005, p. 118).

À medida que mais e mais excedente criado ontem é convertido em capital novo hoje, mais e mais dinheiro investido hoje vem dos lucros obtidos ontem. Isso poderia levar a pensar que a acumulação violenta praticada em tempos anteriores é redundante. Mas a “acumulação por despossessão” continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro inicial. Meios tanto legais quanto ilegais – como violência, criminalidade, fraude e práticas predatórias

do tipo das que foram descobertas nos últimos tempos no mercado de hipotecas *subprime* ou de forma ainda mais significativa no comércio de drogas – são implementados. Os meios legais incluem a privatização do que antes era considerado como recursos de propriedade comum (como a água e a educação), o uso do poder público para apreender bens, as práticas generalizadas de aquisições, as fusões e outros (...). (HARVEY, 2011, p. 48)

Nesse processo de acumulação capitalista Harvey (2005, 2007, 2011) identifica duas lógicas que hora se unem hora se diferenciam, são elas a lógica territorial e a lógica capitalista de poder, enquanto no imperialismo capitalista o que deve predominar é a lógica capitalista (HARVEY, 2005, p. 36). Essa define-se sobretudo pela fluidez do capital através de um espaço contínuo que desconsidera os territórios, a partir do livre mercado nas “práticas cotidianas de produção, mercado, comércio, fluxo do capital, transferências monetárias, migração, transferência de tecnologia, especulação financeira, fluxos de informação” (HARVEY, 2007, p. 46). Enquanto a lógica territorial refere-se à administração direta do território (HARVEY, 2011, p. 36), é porosa, é informal, pela formação de uma regionalidade, mas ao mesmo tempo é identificável (HARVEY, 2007, p. 89), fixada no espaço, é o poder exercido pelo Estado (HARVEY, 2007, p. 46; 2011, p. 36).

Nessas lógicas há uma diferença de escalas de atuação, enquanto o capital opera mais em um espaço tempo contínuo (Espaço Relativo), o político-territorial atuará em um espaço determinado (Espaço Absoluto), que são as fronteiras das entidades territoriais (HARVEY, 2007, p. 46).

E ainda que Harvey (2005) creia que no capitalismo a lógica capitalista, de não dominação de territórios, deva prevalecer sobre a lógica de poder e dominação territorial, reconhece e define que o *Novo Imperialismo* é justamente o retorno do Estado e da dominação territorial que se sobrepõem a lógica capitalista por excelência. Trata-se do desenvolvimento de um capitalismo de rapina “uma aliança diabólica entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro” (HARVEY, 2005, p. 114). Assim, na prática imperialista, essas lógicas se fundem para sobrepor um território ao outro, fazendo penetrar capitais excedentes em novos lugares, destruindo capitais quando necessários, e esse cenário é o de crise, quando para o imperialismo global é preciso fazer com que os pobres do mundo, o “porão”, pague a conta da “cobertura” (HARVEY, 2005; 2007; 2011).

A essa fusão entre as lógicas, Harvey (2011, p. 47) denomina Nexo Estado-Finanças, a partir da qual se rejeita a tendência analítica de ver Estado e o capital como separáveis um do outro. O faz definindo a existência de estruturas de governança no Estado, e entre Estados (tratados de livre-comércio) absolutamente voltadas para a criação do capital e dos fluxos monetários. No rol de atividades que dão a liga entre as lógicas estariam os empréstimos a juros baixos, garantia de “ordenações espaço-temporais” que permitam a acumulação de capital segura – pela criação de redes geográficas que facilitam o fluxo de capital financeiro global, dando fluidez ao capital excedente -, como com a realização de acordos de livre-comércio que beneficiam no geral o norte global e seu capital excedente (HARVEY, 2005, 2011).

A sociedade por sua vez não é estática, a mobilização social, por Harvey (2007), é entendida a partir das políticas e das lutas sociais, da existência de organizações territoriais de classes. Essas lutas, como delimita, não são inteiramente independentes dos processos de *acumulação por despossessão* (ou espoliação) ou desconectadas das dinâmicas gerais de acumulação de capital no espaço e no tempo (HARVEY, 2007). Assim, desde o Espaço relativo, as “fontes locais de poder”

dos países atrasados são anuladas pela técnica, a começar pela máquina a vapor (HARVEY, 2007, p. 52), que cria dependência de um período superior de desenvolvimento, ou seja, de dominação da natureza, que é dentro da lógica imperialista a, também, dominação das demais nações.

Assim o desenvolvimento, as revoluções da técnica, só ocorrem a partir da dependência de outras nações. Preponderância, portanto, do Espaço sobre o Território na definição das relações desenvolvida com a natureza. Ou seja, para Harvey (2007), as classes dominantes locais serão dependentes do desenvolvimento da técnica realizado à escalas superiores.

Harvey (2007) delimita como lutas sociais, ou lutas de classes (no plural), quando se refere à sociedade em movimento, pois considera importante a atenção aos conflitos intracapitalistas; a formação de alianças de classe na disputa por vantagens competitivas e a incidência sobre o Estado. Considera que essas lutas, os conflitos intracapitalistas, focalizam diretamente o desenvolvimento geográfico desigual, não só como produto, “mas como agente ativo da dinâmica da acumulação de capital” (HARVEY, 2007, p.50), e que portanto se conectam às distintas escalas, como expusemos.

Como componente da luta de classes, o trabalho, para Harvey (2011, p. 59) é, assim como a natureza, invariavelmente *local*, como organização social territorializada pelos custos de vida de determinado lugar. Para o autor os custos de vida variam de acordo com o local, e pelo valor da força de trabalho, e mesmo as vezes em pequenas distâncias os preços variam, pois, para ele, o comércio se dá de acordo com o local (HARVEY, 2011). Assim como a militância do movimento dos trabalhadores varia de lugar para lugar, muitas vezes, inclusive de uma unidade produtiva para outra (HARVEY, 2011, p. 59).

Harvey (2011, p. 59) argumenta ainda pela escala local, que existindo força de trabalho excedente em amplos locais do globo, os capitais apresentam uma tendência à direcionarem-se aos locais onde o nível de luta de classes é menor, e que esse processo seria uma “onde de acumulação primitiva” fruto de uma “vantagem poderosa para o capital”, a de excedentes de mão de obra ao redor do mundo.

DIÁLOGO FINAL

Tanto Harvey quanto Smith apresentam uma leitura do desenvolvimento desigual que valoriza os aspectos locais. Como em Smith (1988) pela valorização do urbano – que de fato vai tornar-se o seu objeto de estudo, pela gentrificação -, ou em Harvey (2005; 2007; 2011) pela valorização do lugar para a natureza, para as lutas de classes e para a relação capital-trabalho.

Essa sobrevalorização do local, ainda que vista como em diálogo com as escalas superiores precisa ser desnudada. Pois embora haja a apropriação de trabalho e de recursos que são invariavelmente locais, e seja o objetivo imediato (do que seria a acumulação por despossessão) absorver o excedente da acumulação de capital, a tutela dos países retardatários, pelos países centrais do capitalismo é o que continua a reger. O imperialismo capitalista mundial deteve historicamente poder para desvalorizar recursos e territórios, e se assim fosse necessário destruir as forças produtivas, mantendo-os virtualmente fora da acumulação de capital, mas de fato inseridos.

Assim como no caso específico do trabalho, que para Harvey (2011) trata-se de um fator local. No entanto a origem da força de trabalho excedente, sendo da Índia, ou do sudeste asiático, ou mesmo da África, pode ser localizada no processo histórico do desenvolvimento do capital

e dessa forma compreender o porquê para os interesses capitalistas, acompanhados por uma burguesia subordinada (ou associada), a indústria não se desenvolveu em determinado território e desenvolveu-se em outro.

Há sem dúvida fatores internos/locais na geopolítica do desenvolvimento e que nos países retardatários é exemplificado por uma burguesia tutelada pelo imperialismo mundial de um lado e uma classe trabalhadora jovem e desorganizada para construir um processo revolucionário de outro. Nesses países o desenvolvimento ocorre aos saltos e pelo auspício do capital externo.

A associação de capitais que ocorre de forma genuína “hoje” nos territórios atrasados serve de argumento para dizer que não foi só a acumulação primitiva (a acumulação de “ontem”) que proporciona o desenvolvimento. Mas ainda que ocorra o desenvolvimento “hoje” ele só acontece em função ao de “ontem”, ou seja, sem a exportação de excedentes de capital do centro do capitalismo os países retardatários seriam incapazes de desenvolver o capitalismo de forma independente, e ao contar com esse “*auspício*” do capital externo desenvolvem o capitalismo propriamente dependente.

Vale portanto, lembrar os exemplos de Lenin (2007), que define o Imperialismo como a última fase do capitalismo, dizendo que a partilha do mundo pelas grandes potências havia terminado (ainda antes da segunda guerra mundial, e daí que surge a necessidade da guerra), que condicionava o desenvolvimento das forças produtivas nos países atrasados às grandes potências mundial. E cabe dizer, isso não significava que os territórios não estavam inseridos na lógica capitalista, pelo contrário, estavam de forma subordinada, ou dependente, ligados às necessidades do capitalismo monopolista, pois é essa matéria contraditória, desigual e violenta que compõem o capitalismo global.

O materialismo histórico e dialético, entendido como método, toma como ponto de partida o real, o concreto, para daí verificar as determinações no campo da essência da realidade. Parte-se da população do território, dos indicadores territoriais verificados, dos mapas que representam o universo ontológico até chegar ao capital. Marx (2007) explica essa condição e esse movimento do raciocínio como da aparência à essência, e o real como a síntese de múltiplas determinações. Trocando em miúdos, para o terreno da geografia, constitui-se a determinação do Espaço Absoluto, da lógica territorial, pelo Espaço Relativo, da lógica do capital – como quer Harvey e Neil Smith. O capital, no entanto, impulsiona o movimento do real (Território) de acordo com as suas determinações (ditadas pelo capital e, portanto, na escala do Espaço Relativo) constituindo esse o movimento dialético no campo do materialismo histórico e dialético. O lugar e as perspectivas relacionais na aparência dos recortes reduzidos, diletos da Geografia, pode ser refratário, com as lentes muito grossas, como admite Smith (1988) e nos incapacitar a compreender a essência.

Escrever essas linhas “conclusivas” em relação ao trabalho de importantes geógrafos é sem dúvida incorrer ao risco de errar, mas mesmo certo dessa possibilidade cremos que não podemos nos furtar do debate.

REFERÊNCIAS

- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Tradução Juan Vilasante e Lisa Di Cione. *GeoBaireS: Cuadernos de Geografía*, Buenos Aires, maio 2007. Disponível em: <http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/teoria_geografica/LECTURA_26bis.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- _____. *O enigma do Capital*. Tradução João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O Desenvolvimento Geográfico Desigual. In: _____. *Os limites do Capital*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013
- LENIN, VI.U. *O imperialismo fase superior do Capitalismo*. Trad. José Eudes Baima Bezerra. Ed. Nova Palavra, Brasília-DF, 2007.
- MARX, K. O método da economia política. In: _____. *Para a crítica da economia política*. Tradução José Barata-Moura. Arquivo Marxista na Internet, 2007. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contriteconpoli/introducao.htm#textmet>>. Acesso em: 31 ago. 2014.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: _____. *A História da Revolução Russa: a queda do tzarismo*. Tradução E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 23-33.